

Acumulação de cargos: 55 mil estão nessa.

O governo já sabe quantos recebem em mais de um emprego. Mas não vai cortar gratificações.

A Secretaria de Administração Pública da Presidência da República (Sedap) concluiu esta semana um levantamento que revela a situação atual do funcionalismo público federal. De acordo com o levantamento, existem hoje cerca de 55 mil funcionários recebendo salário por mais de um emprego. Mas apesar desse número o governo não vai mais cortar em 50% as gratificações de todos os servidores que não são "exclusivos do setor público", conforme previa o Decreto-lei nº 2.423. O decreto não foi regulamentado porque, segundo explicaram técnicos da Sedap, era ilegal: não se pode punir os casos de acumulações permitidas pela legislação.

Uma nova versão do decreto-lei disciplinando as gratificações no setor público, será apresentada ao presidente Sarney pelo ministro da Administração, Aluizio Alves, na próxima terça-feira. Também serão apresentadas novas versões dos decretos-leis que determinam a venda de imóveis funcionais no Distrito Federal (veja matéria abaixo), criam um

programa de estímulo às demissões no setor público e um programa de estímulo à aposentadoria, além de aperfeiçoar mecanismos previstos no novo sistema de carreira da administração pública federal.

O levantamento de acumulação de cargos realizado pela Sedap indicou um aumento de cinco vezes de 1986 para cá. Naquele ano, uma estatística divulgada pelo ministro Aluizio Alves dava conta de que havia 11 mil funcionários ocupando 31 mil cargos. Hoje, existem alguns entre os 55 mil que têm até quatro fontes de renda federais. Com o decreto-lei sujeito a uma nova versão, a Sedap está desenvolvendo agora um outro trabalho, de seleção das acumulações ilícitas.

A legislação permite, atualmente, que os médicos tenham até dois empregos, assim como os professores. Além disso, na nova versão do decreto que regulamentará as gratificações deve ficar claro que o funcionário tem de cumprir 40 horas semanais na administração federal. O restante do seu

tempo pode ser ocupado na iniciativa privada.

Os técnicos da Sedap se vêem agora diante de muitos metros de listagens de computador, com os nomes dos funcionários e os salários que recebem em cada cargo. Eles estão fazendo uma seleção inicial das aparentes ilegalidades e enviando telex — com prazo de resposta de um ou dois dias — para todos os empregos dos funcionários, para que não haja dúvidas sobre os dados. Em caso de acumulação ilícita, o funcionário é obrigado a optar por apenas um dos cargos.

A intenção da Sedap, do Ministério da Fazenda e da Seplan é fazer funcionar, até o início do próximo ano, o "folhão", um sistema unificado de pagamento do funcionalismo que suspenderá salários em caso de acumulações irregulares. O sistema deveria estar funcionando desde 1986, quando foram constatadas as 11 mil acumulações.

Em vários setores políticos de Brasília, principalmente entre as lideranças do PMDB e do PFL,

já se esperava que o governo reduziria na sua decisão de reduzir à metade as gratificações dos funcionários não exclusivos do setor público. As principais pressões para que o Decreto-Lei nº 2.423 fosse modificado vieram dos médicos e dos professores, que seriam os mais prejudicados pela medida.

Segundo o ministro Aluizio Alves, o governo decidiu retirar na nova versão do decreto-lei a expressão "exclusivo do setor público". Deste modo, de acordo com o ministro, somente terá reduzida a sua gratificação aquele funcionário que deixar de cumprir a carga horária prevista no seu contrato.

O corte nas gratificações do setor público foi idealizado pelo ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, e anunciado pelo governo juntamente com o decreto-lei que congelou a URP para os salários de todo o setor público por dois meses. Com o recuo agora anunciado pelo governo, os cortes nas gratificações deverão limitar-se, a pouquíssimos casos.